



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

MARIA GEOVANIA DA SILVA SANTOS

**AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM LEITURA E ESCRITA NO 4º ANO
DO ENSINO FUNDAMENTAL DA E.M.E.F. ANAIZA LUIZ CALIXTO – PATOS/PB**

**PATOS/PB
2014**

MARIA GEOVANIA DA SILVA SANTOS

**AS DIFICULDADES DE PRENDIZAGEM EM LEITURA E ESCRITA NO 4º ANO DO
ENSINO FUNDAMENTAL DA E.M.E.F. ANAIZA LUIZ CALIXTO – PATOS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial para a obtenção do título de
licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Profa. Esp. Nadia Farias dos Santos

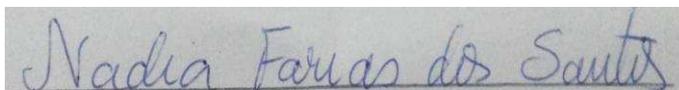
**PATOS/PB
2004**

MARIA GEOVANIA DA SILVA SANTOS

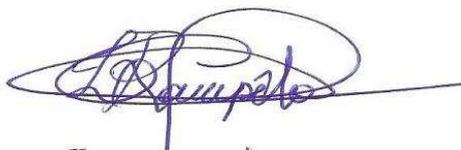
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura Plena em Pedagogia.

Data da avaliação: 18/09/2014.

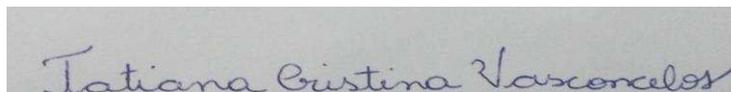
Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Esp. Nadia Farias dos Santos/UEPB (orientador)



Prof.^a Ms. Lidiane Campelo Rodrigues/UEPB



Prof.^a Dr.^a Tatiana Cristina Vasconcelos/UEPB

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237d Santos, Maria Geovania da Silva
As dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita no 4º ano do Ensino Fundamental da E. M. E. F. Anaíza Luiz Calixto Patos/PB [manuscrito] : / Maria Geovania da Silva Santos. - 2014. 53 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Profa. Esp. Nadia Farias dos Santos, CCEA".

1. Ensino-aprendizagem. 2. Escrita. 3. Leitura. 4. Práticas pedagógicas. I. Título.

21. ed. CDD 372.4

Às minhas filhas, Aline e Angeline, que sempre me incentivaram nessa caminhada e por serem a razão da minha vida.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por ter me guiado e protegido nessa caminhada e me deu forças para superar minhas dificuldades.

As coordenadoras Adalgisa Rasia e Tatiana Vasconcelos e ao corpo docente que oportunizaram uma aprendizagem significativa

A professora orientadora, Nádia Farias, pela paciência, pelo apoio e encorajamento contínuos e pelos conhecimentos transmitidos.

Ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR, pelo apoio institucional e pela oportunidade oferecida.

Às minhas filhas, Aline e Angeline, pelo amor e apoio incondicional.

E finalmente as minhas colegas de curso e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação, o meu mais sincero agradecimento.

“A minha preocupação foi encontrar uma explicação segundo a qual, por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa”.

Emília Ferreiro

RESUMO

Este estudo tem como tema: As dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita no 4º ano do Ensino Fundamental da E.M.E.F. Anaiza Luiz Calixto – Patos/PB. Como objetivos desse trabalho foram selecionados: conhecer o modelo de gestão aplicada na escola campo; relatar a vivência na prática e na docência na Educação Infantil; identificar a importância da observação e da prática da docência nos anos iniciais do ensino Fundamental. Na pesquisa a abordagem utilizada foi qualitativa e quantitativa, tendo sido usado como sujeitos da pesquisa duas turmas do quarto ano do ensino fundamental e suas respectivas professoras. A pesquisa serviu para analisar a qualidade de ensino e as metodologias aplicadas e como instrumento de coleta de dados foram aplicados questionários a professores e os alunos. Os sujeitos envolvidos aceitaram participar das entrevistas, contribuindo assim com os resultados. Dos alunos da Turma 1, um percentual de 65% apresentaram dificuldades de leitura e de escrita e na Turma 23% tem a mesma dificuldade. Alguns têm dificuldades apenas de leitura um percentual de 6% na turma 1 e 23% na turma 2. Quanto à escrita o resultado é de 19% e 23% respectivamente. O percentual de alunos que não apresentaram nenhuma dificuldade nem na leitura nem na escrita é mínimo, apenas 10% na turma 1. Um fato importante que chama a atenção é que os alunos que iniciaram o ano letivo sem saber ler avançaram pouco no processo de aprendizagem da leitura, mesmo tendo passado um semestre estudando.

Palavras - chave: ensino, escrita, leitura, práticas pedagógicas

ABSTRACT

This study has as its theme: The learning difficulties in reading and writing in the fourth grade of elementary school of E.M.E.F. Nira Luiz Calixto-Ducks/PB. As a aims of this study were selected: meet the management model applied in school field; reporting the experience in practice and in teaching in early childhood education; identify the importance of observation and practice teaching in the early years of elementary school. In the research approach used was qualitative and quantitative, having been used as subjects of research two classes of fourth grade of elementary school and their teachers. The research was to analyze the quality of teaching and the methodologies applied and how data collection instrument were applied questionnaires to teachers and students. The subjects involved have agreed to participate in the interviews, thus helping with the results. The students of Class 1, a percentage of 65% presented difficulties in reading and writing and 23% in the class has the same difficulty. Some have difficulty reading a percentage of only 6% in class 1 and 23% in class 2. As for writing the result is 19% and 23% respectively. The percentage of students who did not present any difficulty or in reading or writing is minimal, only 10% in class 1. An important fact that draws attention is that students who began the academic year without knowing how to read advanced little in the learning process of reading, even having spent a semester studying.

Keywords: teaching, writing, reading, pedagogical practices

LISTA DE SIGLAS

CF- Constituição do Brasil

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBEN- Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da educação e Cultura

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAIC- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PROFA- Programa de Professores Alfabetizadores

PROLETRAMENTO- Formação Continuada de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1- Alunos com dificuldades em leitura e escrita.....	42
Gráfico 2- Condição dos alunos em leitura e escrita no início do ano letivo.....	43
Gráfico 3- Alunos que entendem ou não o que leem.....	44
Gráfico 4- Trabalho do docente em relação a leitura e escrita.....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PROCESSO DE INTERVEÇÃO NA ESCOLA CAMPO.....	13
1.1 Gestão Escolar.....	13
1.1.1 O Processo de Intervenção em Gestão.....	16
1.2 Educação Infantil.....	20
1.2.1 O Processo de Intervenção na Educação Infantil.....	23
1.3 Ensino Fundamental.....	26
1.3.1 O Processo de Intervenção no Ensino Fundamental.....	30
2 TEMA INDIVIDUAL.....	34
3 MÉTODO.....	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos professores.....	51
APÊNDICE B – Questionário aplicados aos alunos.....	53

INTRODUÇÃO

Diante das dificuldades de leitura e escrita diagnosticadas no período do estágio docência, foi escolhida como temática para estudo As dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita no 4º ano do ensino fundamental da E.M.E.F. Anaiza Luiz Calixto – Patos/PB. Os alunos que chegam ao quarto anos do Ensino Fundamental, estão com um percentual alto de dificuldades na leitura e na escrita.

Nesse sentido, essa pesquisa procura identificar as causas do que está acontecendo, sem procurar culpados. O que tem preocupado é a contradição entre os números estatísticos e a realidade apresentadas pela escola.

Como dito anteriormente, a provocação da temática surgiu da necessidade de se repensar a metodologia e as estratégias didáticas no ensino da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. Vale salientar que o importante não é só ler, mas compreender o que lê e ainda fazer uso dessa leitura no seu cotidiano, dentro e fora da escola.

O presente trabalho descreve as atividades referentes ao período de estágio obrigatório do curso de Pedagogia – PARFOR, da Universidade Estadual da Paraíba e como também a escolha de uma temática para pesquisa e estudo. O estudo tem campo de atuação a E.M.E.F. Anaiza Luiz Calixto.

A estrutura do texto é em forma de capítulos, para melhor compreensão do contexto. O primeiro capítulo é referente ao processo de intervenção em Gestão Escolar, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Na Gestão Escolar, são abordados os tipos de gestão, com suas definições distintas e diante disso a comparação dos modelos de gestão da escola campo. São apresentados a diagnose, a caracterização, os recursos humanos, o funcionamento, as práticas pedagógicas aplicadas e a execução de um projeto de intervenção.

Em seguida, é abordado o processo de intervenção na Educação Infantil, seguindo os critérios de observação, docência e execução do projeto de intervenção. Nesse segmento são destacados: o perfil dos envolvidos no processo escolar, as habilidades e competências desenvolvidas, os recursos didáticos e a formação dos profissionais que ensinam essas crianças, que devem ter uma formação qualificada.

Finalizando esse capítulo, são elencadas, as atividades desenvolvidas no processo de intervenção do Ensino Fundamental. É abordado a vivência na

observação, na prática da docência e na execução do projeto de intervenção, com toda metodologia previamente planejada, com eficiência e responsabilidade. Estão presentes também, a descrição da realidade escolar, análise da metodologia aplicada e os resultados alcançados.

No segundo capítulo, está presente a abordagem de uma temática escolhida de acordo com uma problemática diagnosticada, nos segmentos anteriormente citados.

Essa temática é sobre as dificuldades de ensino e aprendizagem, especificamente no quarto ano do ensino fundamental, que é um problema muito sério, que a cada ano vem se agravando, e apesar de muitas tentativas, está ficando cada vez mais difícil ensinar as crianças a ler e escrever.

O terceiro capítulo, conta com a metodologia aplicada, enfocando o tipo de estudo, o procedimento de coleta e análise de dados, o local de estudo, características dos participantes e os instrumentos utilizados para coletar os dados e para a pesquisa bibliográfica.

O quarto capítulo trata dos resultados encontrados no decorrer de todo trabalho e ainda a discussão e análise dos dados, procurando sempre entender as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental.

Por fim, esse trabalho tem os objetivos de discutir as causas que levam os alunos chegarem ao quarto ano do ensino fundamental, sem o domínio da leitura e da escrita e como também adquirir conhecimento de práticas pedagógicas inovadoras e significativas para superar essas dificuldades.

1 PROCESSO DE INTERVEÇÃO NA ESCOLA – CAMPO

O processo de intervenção nas escolas campo é uma exigência necessária a formação docente. Neste capítulo apresentaremos as experiências vivenciadas durante esse período e suas repercussões na prática pedagógica das estagiárias.

1.1 Gestão Escolar

De acordo com Tavares (2012), Gestão Escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesmo, uma vez que, o objetivo final da gestão é a aprendizagem efetiva e significativa. E antes de tudo uma questão política, muito além da pura ação técnico-burocrática.

Partindo desse pressuposto o processo da gestão escolar deve contemplar uma educação voltada para o futuro, mas realizando no presente práticas educativas que visem a autonomia e participação dos envolvidos na comunidade escolar. O gestor precisa entender que ele é não o centro do processo, é apenas quem sistematiza e deve sempre procurar parcerias envolvendo todos.

A gestão precisa ainda, manter a escola aberta para que as pessoas participem da reconstrução crítica de um saber que leve em consideração suas reais necessidades e que seja instrumento permanente de emancipação. Freire (1967) afirma que a escola precisa de um gestor que entenda a educação como prática de liberdade, tornando-a um lugar sério, dinâmico, alegre, vivo questionador e capaz de superar obstáculos.

E Freire (1993, p.89), afirma ainda que

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria, a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate. O gosto do respeito a coisa pública que nós vem sendo tratado como coisa privada, mas como coisa privada que se despreza.

Na realidade, o modelo de gestão, que algumas escolas adotam não dá essas oportunidades de participação e crescimento coletivo e muitas vezes, atrapalham o andamento da instituição, afetando o ensino e a aprendizagem. Por isso, que as pessoas envolvidas no processo escolar, precisam ter consciência da real função do gestor e também saber que tipo de gestão a escola segue. Soares (2012), em síntese, afirma que há três práticas de gestão escolar mais comuns no cotidiano dos educadores e das escolas: a gestão democrática, a gestão burocrática e a gestão autocrática.

A gestão democrática é também participativa. Nela o gestor encontra-se com os demais membros do contexto escolar para compartilhar problemas, ouvir propostas e tomar as decisões, sempre pautadas pelo bom senso, pela ética e pela autoridade que lhe é conferida pela função que desempenha.

A gestão burocrática é aquela em que o gestor permanentemente ocupa-se de formulários fichas de controle e afirma seguir as normas de modo a dar à instituição uma organicidade rígida. Nesse caso, geralmente, as especificidades não são consideradas e as decisões podem e devem sobrepor às reais necessidades da equipe gestora, dos educadores, funcionários, alunos e, mesmo opor-se aos interesses da educação, que são a qualidade de ensino e a formação permanente.

Na gestão autocrática por sua vez, o gestor constrói em torno de si uma muralha, e se considera superior aos demais membros da equipe escolar. A concentração de poder e as atitudes autoritárias são comuns a esse modelo de gestão, pois não são consideradas necessidades ou opiniões.

Há ainda, uma combinação entre os modelos de gestão burocrática e de gestão autocrática, circunstância em que o gestor passa a encontrar sérias dificuldades para compor sua equipe de trabalho, na medida em que se afasta do fator básico que é a valorização dos profissionais que o cercam, bem como, incorre em erros ainda mais sérios, se isolando e se distanciando da possibilidade de construir relações interpessoais solidárias.

De fato, nas instituições escolares, na maioria das vezes, o que prevalece é essa combinação dos modelos de gestão burocrática e de gestão autocrática, embora os gestores afirmem que a escola segue um modelo de gestão democrática, na prática não atuam dessa forma.

Segundo, a publicação Raízes e Asas (2002), realizar uma gestão democrática, significa acreditar que todos juntos têm, mais chance de encontrar

caminhos para atender às expectativas da sociedade a respeito da atuação da escola. Ampliando o número de pessoas que participam da vida escolar, é possível estabelecer relações mais flexíveis entre educadores e clientela escolar. Além disso, é necessária grandes mudanças no verdadeiro sentido da gestão, ou seja, é preciso caminhar junto com o que se fala, pois na prática é bem diferente.

Quando a instituição escolar não adota a gestão democrática, descumprindo o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (BRASIL, 1996, p.10), no seu artigo 14, os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I participação dos profissionais na educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Há ainda, a questão da “autonomia escolar” é tratada no artigo 15 (BRASIL, 1996, p.11), que prevê que: “os sistemas de ensino assegurarão às instituições escolares públicas da educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas nas normas gerais de direito financeiro público”.

As instituições escolares só terão essa autonomia, que determina a LDB, quando a escola puder escolher seus gestores através do voto direto, pois nos dias atuais essa escolha ainda é feita, em muitos casos, por indicação política, impossibilitando assim a autonomia da escola e o exercício da democracia.

De acordo com Morin (2001), a educação muitas vezes, torna-se cega quando não compreende o que vem a ser o conhecimento humano com todas as suas nuances e diferentes culturas. Nesse processo, há o que considerar um estudo cultural da inserção dos processos educacionais, os quais são sujeitos a erros e, em sua maioria, protegidos pelo sistema. Portanto, para afastar essa cegueira, é necessário que a educação estude as características culturais e mentais dos conhecimentos humanos, bem como os sistemas que as modelam e que produzem seus sucessos e fracassos.

As cegueiras do conhecimento que Morin (2001) cita, é um dos sete saberes necessários para preparar o indivíduo para uma educação do futuro. Os outros saberes, segundo ele, são: os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão e a ética do gênero humano. O conhecimento e a apropriação desses

saberes pelo gestor escolar serão fundamentais para um processo que responda aos anseios sociais.

Sempre há questionamentos sobre a função social da escola, uns acreditam que a função social da escola é formar cidadãos críticos e conscientes, outros acham que é educar, outros ainda acham que é apenas ensinar a ler, escrever e calcular e outros ainda acham que é o conjunto de tudo isso.

De acordo com Raízes e Asas (2002, p.2),

[...] ter a clareza da função social da escola e do homem que se quer formar é fundamental para realizar uma prática pedagogia socialmente comprometida, particularmente num país de contraste como o nosso, onde convivem grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais.

Portanto, formar o cidadão não é tarefa apenas da escola, embora a escola tenha grande responsabilidade nessa formação é na escola que crianças e jovens são letrados, com cita Soares (2010) que além de aprender a ler, escrever e calcular, é preciso que eles aprendam a fazer uso desses conhecimentos dentro e fora da escola. É preciso preparar os alunos para uma aprendizagem permanente, isto é, que tenha continuidade após o término da vida escolar. Partindo disso, a função da escola deve ser entendida como um meio de socialização e inserção social, tornando um sujeito que busque a construção de sua consciência crítica e ética.

1.1.1 O processo de intervenção em Gestão

Este estágio teve como objetivo conhecer o modelo de gestão aplicada na escola campo, identificar um problema e a partir dessa percepção elaborar um projeto de intervenção e contribuir para a resolução do problema diagnosticado na observação.

Com base no relato da gestora da escola campo, esta tem o objetivo de oferecer aos alunos uma educação de qualidade e para que isso aconteça é necessário dar condições favoráveis para o acesso, permanência e sucesso na aprendizagem de todos, combatendo os índices de evasão e reprovação,

preparando o educando para uma formação consciente do pleno exercício da cidadania.

Na entrevista com a supervisora, houve uma relutância em responder o questionário, mas, depois de uma conversa, compreendeu as a proposta do estágio e colaborou fornecendo as informações. Afirmou que apesar da escola ser bem estruturada, existe algumas dificuldades, e, a mais urgente de solução, é a dificuldade na aprendizagem da leitura e da escrita. Embora, que para superar essas dificuldades sejam aplicados diálogos com os alunos, encontro com os pais, metodologias variadas, incentivo da aprendizagem do próprio aluno.

Alguns educadores relataram que os desafios encontrados na sua prática pedagógica são: o desinteresse por parte de alguns alunos e a falta de material pedagógico que visem o lúdico. Nesse ponto há controvérsias, pois a escola possui um grande acervo de materiais pedagógicos, sem contar que há possibilidades de criar os próprios materiais. Como sugestão foi proposto que enfrentasse o desafio aplicando projetos didáticos, aulas inovadoras que despertassem o interesse dos alunos e que a ludicidade seria o caminho.

Durante o período da diagnose da E.M.E.F. Anaiza Luiz Calixto, escolhida como escola campo, foi observada a hora do recreio e no qual as crianças estavam muito agitadas, com brincadeiras violentas, chegando até se machucar. Diante desses fatos, foi elaborado um projeto de intervenção, já que este é um pré-requisito do estágio supervisionado. O projeto Recreio Divertido, abordou a temática, Atividades lúdicas.

A concepção do lúdico como recreação e lazer tem como ponto principal a diversão dos participantes. Os jogos recreativos são utilizados para suprir a necessidade de brincar das crianças da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, utilizando diferentes papéis, a criança cria e recria sua própria vida, revendo conflitos, medos, ansiedades e fracassos. Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) criados em 1997, ressaltam que o brincar organiza-se em diferentes categorias, de acordo com o material e os recursos utilizados.

Participaram do projeto de intervenção 144 crianças da Educação Infantil ao 2º ano do ensino fundamental, no turno da manhã. As atividades foram realizadas na quadra e foram desenvolvidas sem competitividade, levando em consideração a

diversão, a aprendizagem e o interesse pelas brincadeiras, enfatizando a integração e a união entre todos. Iniciou com música e dança, em seguida, a apresentação das regras das brincadeiras e das dinâmicas.

O projeto de intervenção foi executado com sucesso e a participação e a aceitação das crianças foram excelentes, pois elas se envolveram espontaneamente e lamentaram quando o tempo do recreio terminou. A escola se comprometeu em dar continuidade ao projeto e a estagiária deixou claro que se a instituição precisasse, estaria a disposição para auxiliar no que fosse preciso.

A finalidade da intervenção é resgatar as brincadeiras e amenizar a violência entre as crianças na hora do recreio, pode ser comprovado através dos resultados alcançados, pois superaram as expectativas e agora é só esperar que a escola encontre meios de dar continuidade ao projeto.

Foi possível desenvolver algumas habilidades através da execução desse projeto, tendo a hora do recreio como espaço pedagógico e considerado como ferramenta indispensável para trabalhar as brincadeiras e a ludicidade com as crianças. A intenção de contribuir com as crianças foi muito importante para que todas interagissem sem violência e fortalecessem as relações sociais entre elas.

Diante desse contexto, mais uma vez, foi proposta que a escola invista em brincadeiras e jogos lúdicos na hora do recreio, para que as crianças aprendam o significado de brincar partilhando brinquedos e realizando jogos que eduquem para o bom relacionamento interpessoal, e, que torne esse momento, um espaço de criatividade, interação e humanização.

Sales (2012, s/p), afirma no seu artigo “O papel das atividades lúdicas no processo de ensino e aprendizagem, o jogo enquanto ferramenta de aprendizagem vai se desenvolver de forma positiva, se o educador souber trabalhar adequadamente com ele”. É sabido que muitos vêem esse tipo de atividade, como uma atividade de disputa, na qual há perdedores e ganhadores e uma grande parte dos docentes dissemina esse errôneo que se tem dessa atividade. Quando se trabalha o corpo, a ludicidade e o jogo desenvolvem-se diversas potencialidades como a criatividade, o prazer, a interação entre as pessoas, a cooperação, entre outras.

Os pontos considerados negativos na execução do projeto foram: o espaço de recreação ser descoberto e os profissionais que cuidam das crianças acharem difícil envolver todos os alunos, mesmo vendo que é possível. O ponto positivo mais

relevante foi a aceitação e a participação dos alunos, pois mesmo o sol muito quente, ficaram muito alegres e gratificados. Ficou claro que as atividades lúdicas cooperativas contribuem e oportunizam às crianças momentos de expressão, criação e de troca de informação, tornando assim a hora do recreio um momento de lazer, com prazer e aprendizagem.

Por fim, o estágio em gestão contribuiu muito para o entendimento sobre os modelos de gestão e para a compreensão de que a escola precisa abrir suas portas para a promoção efetiva de espaço democrático escolar e para a formação da cidadania propriamente dita.

1.2 Educação Infantil

A história da educação infantil é relativamente recente no Brasil. O pesquisador brasileiro Kuhlmann Jr (1998), relata que a primeira creche do país surgiu ao lado da fábrica de Tecidos Corcovado, em 1889, no Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, deu início a uma rede assistencial que se espalhou por muitos lugares do Brasil. Visto por esse ângulo, as Instituições de Educação Infantil surgiram com caráter puramente assistencial.

Através de muita luta e a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, é a Educação Infantil pela primeira na história do Brasil reconheceu um direito à creche e a pré-escola. Há a reafirmação da gratuidade do ensino público em todos os níveis. A partir disso, tanto a creche, quanto pré-escola, são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica e não mais assistencialista. A perspectiva pedagógica ver a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996) deixa claro que, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade (Art. 29).

E no Art. 30 (BRASIL, 1996, p.17), garante que a educação infantil será oferecida em: I creches ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade; II pré-escolas, pra crianças de quatro a seis anos de idade.

No dia 04 de abril de 2013, foi promulgada a Lei 12.796/2013, que determina a obrigatoriedade dos pais matricularem seus filhos na escola quando completarem quatro e não mais seis anos, alterando a lei de 1996, que estabelecia idade mínima para o ingresso na escola com seis anos.

É dever do Estado, propiciar um estudo gratuito às crianças da pré-escola, mas especificamente dos municípios, em parceria com o Governo Federal. Este estudo deverá ser de excelente qualidade, cumprindo o que termina a LDB, oferecer espaço físico, recursos pedagógicos e professores capacitados. É bom lembrar que tudo isso precisa também da colaboração dos pais, como está escrito no Art. 55, do

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, p.55), Lei nº 8.069/1990, “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Que essa obrigação que determina a lei, não se estenda apenas ao ato de matricular, mas no cuidado, no acompanhamento e no apoio a essa criança no início da sua vida escolar.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, (Brasil, 2002, p. 21),

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais.

Dessa forma, é um grande desafio para a Educação Infantil e seus profissionais, compreender, conhecer e reconhecer um jeito muito particular das crianças serem e estarem no mundo, de forma que os conhecimentos adquiridos venham a contribuir para sua formação.

Nas últimas décadas têm acontecido muitos debates em nível nacional e internacional que apontam para a necessidade, que as instituições de educação infantil, incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar e para que isso se concretize a partir desses princípios é preciso preparar os profissionais dessa área.

Também é preciso que as instituições profissionais da educação infantil entendam que educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis, de relação interpessoal, de ser, de está com outros em uma atitude básica de respeito e confiança. E ainda, acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, então, cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde.

Alguns profissionais da Educação Infantil desconhecem a verdadeira concepção desse segmento, pois ainda tratam as crianças nessa fase educacional de forma aleatória, sem uma assistência significativa.

Como descrito por Krammer (1992), a educação infantil no seu contexto político nacional, começou a passar por mudanças em 1970, quando as políticas educacionais voltadas à educação de zero a seis anos defendiam a educação compensatória, com vistas à compensação de carências culturais, deficiências lingüísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares.

Nos anos de 1980 e 1990, com gestões eleitas para municípios e estados, surgiram propostas diferenciadas, algumas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população, o que marcou essa época foi o papel desempenhado pelos movimentos sociais, que conseguiram conquistar o reconhecimento na CF de 1988, do direito à educação das crianças de zero a seis anos e do dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas para tornar realidade esse direito (assegurada a opção da família) reafirmado no ECA de 1990 e na LDB de 1996. Nos últimos anos, movimentos sociais, redes públicas municipais e estaduais e universidades têm buscado expandir com qualidade a educação infantil.

Para que essas mudanças tivessem efeito, aconteceram debates sobre a educação de crianças de zero a seis anos, devido a necessidade de formular políticas de formação de profissionais e de estabelecer alternativas curriculares para a educação infantil. O Ministério da Educação (MEC), em 2005 lançou o Programa de Formação inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL), com o objetivo de habilitar para o magistério da educação cerca de 40 mil professores que, no Brasil, tem se dedicado ao trabalho com crianças de zero a seis anos, sem ter cursado ou concluído o ensino médio.

Nos dias atuais para o profissional ficar apto a trabalhar com educação infantil é preciso ter graduação em Pedagogia, como preconiza a LDB (Brasil, 1996) ou no mínimo Magistério. É preciso o profissional estar preparado, pois a visão pedagógica a pensar a creche e a escola com suas dimensões políticas, éticas e estéticas.

A concepção de infância é definida como o início de vida, que vai do nascimento até o décimo segundo ano de vida de um ser humano. Kramer (2006, p.197) enfatiza uma diferença entre as definições de criança e infância, para ela, crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas e, a infância, que um estágio e uma

categoria da história: “existe uma história humana, porque o homem tem infância”. Partindo disso, é possível entender que nem toda criança tem infância, e quando isso acontece não é possível um desenvolvimento cognitivo e significativo.

Quando se fala em infância, pode-se ter um pensamento voltado para o educar, o aprender e o brincar. Como destaca o RCNEI (Brasil, 2001, p.27) que “a brincadeira favorece a auto-estima das crianças auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa”. Assim, o brincar contribui para a interiorização de determinados modelos de normas, condutas, valores, etc. no âmbito de grupos sociais diversos. As significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição do ser infantil.

Através das brincadeiras as crianças, transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brincam. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, e ainda se encontram fragmentados, é no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações.

As atividades lúdicas ocupam um lugar muito especial no desenvolvimento da criança no ambiente escolar. É o adulto, na figura do professor da educação infantil que deve estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças, orientando-as e observando o processo de desenvolvimento das mesmas, registrando suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem.

É importante também que a criança não brinque só por brincar, e que o professor tenha consciência que na brincadeira, as crianças recriam e estabilizam aquilo que já sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa. Pode-se, então, utilizar os jogos, especialmente àqueles com regras, como atividades lúdicas, e o professor deve entender que nestas brincadeiras há objetivos didáticos em questão.

1.2.1 O processo de intervenção na Educação Infantil

O processo de intervenção na educação infantil é um pré requisito a ser observado no estágio de docência, como contribuição no ensino e aprendizagem da escola campo, com base nos eixos temáticos, Linguagem oral e escrita, Matemática,

Artes Visuais e Música, como também Natureza e Sociedade, sempre levando em consideração o nível da turma, os objetivos, os aspectos metodológicos, os recursos didáticos e o processo avaliativo

Com base na LDB em seu Art. 29 (BRASIL, 1996), a educação infantil passou a ser a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. Diante de todos estes aspectos, é observado a necessidade de colocar as crianças em contato com a leitura, através das músicas e poemas.

É notório que ainda é preciso preparar o professor da educação infantil, na sua formação, para que superem a improvisação e o amadorismo, procurando melhorar a metodologia, a criatividade e a criticidade na forma de entender e trabalhar o conhecimento conforme o contexto em que foi produzido.

Na escola em questão, a equipe pedagógica da educação infantil, fica sediada na Secretaria de Educação, mas sempre mantém contato com os professores, faz parte do planejamento e dá apoio pedagógico, oportunizando momentos de reflexão, unindo teoria e prática, articulando e coordenando discussões relacionadas ao ensino e a aprendizagem.

A educadora da turma onde aconteceu o processo de intervenção, só tem o magistério, mas está cursando Pedagogia, participou de vários cursos de formação continuada, contudo, encontra algumas dificuldades em sua prática pedagógica e mesmo sendo assistida pela supervisora e a escola dispor um grande acervo de recursos pedagógicos, é clara a necessidade de mudanças, pois os alunos ficam dispersos e não há aulas motivadoras e inovadoras.

A prática pedagógica na educação infantil deve envolver as funções de educar e de cuidar. Nessa perspectiva, é necessário o professor conhecer os principais aspectos que envolvam essas atividades. É importante observar alguns elementos que integram a prática pedagógica nesse segmento: o cuidar, o educar. O brincar. O planejar, o espaço, a linguagem, a natureza e sociedade e por fim as artes visuais, a música e o movimento.

Sendo o ano de 2013, o centenário do escritor Vinícius de Moraes, que muito contribuiu para a literatura infantil, com seus poemas e canções, foi escolhido como tema do projeto, O Centenário de Vinícius de Moraes. No dia 13 de outubro de 2013 completaria cem anos, tornou-se eternizado em suas composições musicais e

poéticas, não só para o público adulto, mas também para o infantil, como dito anteriormente. É conhecido internacionalmente, com a alcunha de “o poentinha”. O projeto em questão enfatiza uma das obras clássicas, a Arca de Noé, que em parceria com Toquinho fez a versão musical dos poemas.

Este projeto tem propósito de criar situações de linguagem, destacando a ludicidade através da música, as estratégias didáticas foram executadas de forma claras e dinâmicas, sempre enfatizando a integração e a afetividade entre todos. Isso foi possível, devido às atividades terem sido contextualizadas e interdisciplinares.

As ações executadas tiveram total participação dos alunos, de forma prazerosa com envolvimento e interesse. Assim, algumas das atividades realizadas foram: leitura, compartilhada, história contada com fantoches e comentada, músicas, desenho, conversa informal, roda de conversa e de leitura, dinâmica e exposição oral. Para a realização destas atividades foram usados recursos didáticos como: fantoches, bolas, quebra-cabeça, aparelho de som, cd, mural, paradidáticos e alguns materiais concretos distribuídos nos eixos temáticos.

Quanto ao envolvimento da estagiária nas ações realizadas, este aconteceu de forma atuante e responsável, todas as ações estavam de acordo com o que foi diagnosticado no período da observação. As crianças se mostraram muito afetuosas, o que estabeleceu uma relação recíproca de afeto.

Havia certo receio quanto aos resultados esperados, pois as crianças, no momento da observação eram dispersas e não realizavam as atividades propostas. Mas durante a docência e a execução do projeto, as crianças se envolveram de tal maneira, que superou as expectativas. Os resultados alcançados corresponderam aos objetivos propostos e a aprendizagem significativa, eles procuravam as atividades com autonomia, se preocupavam em ajudar o colega e ficavam felizes quando conseguiam fazer algo sozinho.

Um ponto muito positivo nesse processo de intervenção, foi sem dúvida, a aceitação dos alunos e a percepção de que a literatura infantil contribui significativamente para o desenvolvimento da criança, tornando-a criativa, participativa e, sobretudo interativa, e ainda estimula a ser grandes leitoras. O que pareceu negativo, infelizmente, foi o desinteresse da professora regente em dar continuidade a projetos dessa natureza, apesar de admitir que as crianças gostaram muito dessas aulas dinamizadas, falta planejamento e comprometimento por parte dela. Ainda

assim, é esperado que seja dada a continuidade a este projeto, enfatizando a leitura, a escrita e a ludicidade, uma vez que a finalidade da intervenção é resgatar o interesse e o prazer dos alunos e ainda, provocar mudanças no ensino, para conseguir uma aprendizagem significativa.

O estágio na modalidade de educação infantil, foi uma prática nova para a estagiária, que nunca tinha ensinado nesse segmento, portanto, contribuiu muito, porque foi possível compreender que até nas brincadeiras, é preciso haver momentos de aprendizagem e isso só é possível através do planejamento dos objetivos visados e do desenvolvimento das competências e habilidades adquiridas ao longo do curso.

1.3 Ensino Fundamental

Para falar sobre o Ensino Fundamental nos dias atuais é necessário fazer uma breve viagem pela trajetória, da história da educação ao longo do tempo.

A história da educação brasileira iniciou com os jesuítas, no período de 1549 a 1759, que rejeitava a educação indígena, e impondo a educação européia. De acordo com Aranha (1996), a educação nesse período preocupava-se com o proselitismo e o noviciado, representando de qualquer forma a primeira iniciativa de organização do ensino no Brasil, com a criação de escolas elementares e secundárias, além de seminários e missões.

Após o período jesuítico, veio o Pombalino de 1760 a 1808, que foi responsável pela expulsão dos jesuítas, presidido pelo marquês de Pombal. Nesse período a educação precisava atender às necessidades do estado, e não da igreja, como no período anterior, mas o que acabou acontecendo foi a desestruturação do ensino.

Como descrito por Couto (2010), no ano de 1824, a primeira Constituição brasileira em seu Art. 179, inciso XXXII, apresenta os direitos civis e políticos de cada cidadão, determinava que “a instrução é gratuita a todos os cidadãos”. O Ato Adicional à Constituição de 1834, dez anos depois, determinou que as províncias fossem responsáveis pelo ensino primário e secundário, surgindo assim, as primeiras escolas normais para formação de professores.

Na Primeira República, o Decreto nº 981, datado de 1890, aprovou o regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, o referido

decreto estabeleceu como princípios norteadores a liberdade e a laicidade do ensino, como também a gratuidade do ensino primário.

Na Era de Vargas (1930-1945), aconteceram muitas transformações na educação, pois a industrialização precisou de mão de obra qualificada, surgindo assim a necessidade de investir na educação. Nesse período, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e pela primeira vez o país estabeleceu um sistema educacional, dando início a ação objetiva do estado no cenário educacional. O ensino secundário foi dividido em dois ciclos, sendo cinco anos para o ensino fundamental e dois anos para o ensino complementar, este sendo obrigatório para o ingresso no ensino superior.

A era de Vargas durou 15 anos, e em 1946 foi promulgada a quinta Constituição do país, considerada a mais democrática até então. Esta Constituição estabelecia a educação como direito de todos, garantia o ensino primário obrigatório e gratuito na rede pública, fixava a exigência de títulos e provas para o exercício do magistério no ensino secundário, tornava o ensino religioso optativo nas escolas públicas e descentralizava o ensino.

Em 1961, após muitos debates, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 4.024/61, que destacou maior autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no Ministério da Educação e Cultura (MEC), o direito à educação é assegurado pela obrigação do poder público, formação de professores para o ensino primário no ensino normal de grau ginásial e de professores para o ensino médio em curso superior, entre outras providências.

Durante o regime militar que iniciou em 1964, muitas mudanças aconteceram, na educação, foi um período conturbado, pois as propostas do governo eram antidemocráticas, com muitas perseguições aos professores, por suas posições ideológicas.

O governo com o objetivo de diminuir o analfabetismo no país criou em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Durante toda década de 1970, o MOBRAL ofertava a população a alfabetização e as quatro séries do ensino fundamental. Ainda no regime militar, surgiu a Lei nº 5692/1971, que reformou a LDB de 1961, tendo como característica marcante a formação tecnicista e profissionalizante. Vale lembrar que esta lei não é uma nova da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas sim, apenas um ajuste na LDB de 1961.

Em 1985, o Brasil deu um grande avanço politicamente falando, pois derrubou o regime militar, trazendo à tona as eleições diretas para presidente da república. Partindo disso, em 1988 foi promulgada uma nova constituição, em vigor até hoje.

Para melhor compreender as reformas educacionais ocorridas no Brasil nos anos de 1990, vinculados à política neoliberal, faz-se necessário ainda recorrer à teoria do “capital humano”, segundo Frigotto (1995, p. 41),

O capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e produção. Desta forma deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, quanto no plano da mobilidade individual.

Com a concepção de uma educação voltada para o capital humano, surge a ideia de que a própria educação deve seguir uma lógica de custo benefício. Sendo assim, a educação deixou de ser compreendida como direito, em pleno desacordo com a Constituição de 1988.

No ano de 1996, foi aprovada a nova LDB nº 9394/96 com algumas modificações e em vigor até hoje em dia. Nesta lei, a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, como está disposto no Art. 21, Cap. II, Seção 1(Brasil,1996).

Dentro das modificações da LDB (9394/96) está como emenda a Lei 11.274, de 16 de fevereiro de 2006, determinando que a partir de 2007, o Ensino Fundamental passa a ser de nove anos. O novo ano foi acrescentado no início desse ciclo, assim as crianças ao invés de ingressarem na escola com sete anos de idade, ingressam aos seis anos. Os estados e municípios tiveram até 2010 para se adaptarem a nova lei. Portanto, o Ensino fundamental é obrigatório para crianças e jovens de seis e 14 anos de idade. Essa etapa da educação básica deve desenvolver a capacidade de aprendizado do aluno por meio do domínio da leitura, da escrita, do cálculo e também do desenvolvimento de habilidades e competências.

Com o propósito de melhorar o ensino e a aprendizagem no ensino fundamental, o governo implantou algumas políticas públicas, entre elas, para o professor, veio cursos de formação continuada, como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Programa de Professores Alfabetizadores (PROFA), Formação

Continuada de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (PROLETRAMENTO) e recentemente o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). E para avaliar o ensino e a aprendizagem do aluno, foi implantado a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB).

Os PCN (BRASIL,1998) foram criados, com a intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolveu escolas, pais, governos e sociedade, para melhorar a metodologia e transformar positivamente o sistema educativo brasileiro. O PROFA (2001), um curso de aprofundamento, para professores e formadores, com o objetivo de desenvolver as competências profissionais de todo professor que ensina a ler e escrever.

O PROLETRAMENTO (2010), uma mobilização pela qualidade da educação, é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura e da escrita e de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental e recentemente, foi criado PNAIC (2012), que é um compromisso formado e assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, isto é, no final do terceiro ano do ensino fundamental. Este programa é diferente dos demais criados até então, porque como incentivo para participarem, os professores recebem uma remuneração através de uma bolsa. Ao longo do tempo, nem sempre os professores aceitavam desses programas do governo, era grande a resistência.

Depois de todos esses programas direcionados aos educadores, o governo implantou um sistema de avaliação para os alunos do ensino fundamental, do quinto ao nono anos, a Prova Brasil (2009), esses alunos são avaliados pelo SAEB, num diagnóstico em larga escala, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e tem o objetivo de avaliar a qualidade de ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. Realizado através de testes padronizados e questionários socioeconômicos, essa avaliação acontece a cada dois anos e não apenas os alunos são avaliados, a escola como um todo passa por esse processo.

Com a criação de todos esses programas, nota-se a ausência de políticas voltadas para a aprendizagem através da ludicidade, pois é preciso compreender que a criança dos anos iniciais ensino fundamental, faz parte do mundo infantil, portanto o brincar é muito importante no seu desenvolvimento.

O que se tem visto, é que quando a criança chega ao ensino fundamental, alguns profissionais, na maioria das vezes, tratam essa criança como adulto, e quando ela quer brincar, afirmam que não está na pré-escola, não levando em conta o aprender através da ludicidade de forma prazerosa e significativa.

A ludicidade ocupa um lugar muito importante no processo do ensino e da aprendizagem, porque através das brincadeiras desenvolve a criatividade adquirindo muitos conhecimentos.

Freire (1991), afirma que a criança brinca em liberdade, podendo decidir sobre o uso dos seus recursos cognitivos para resolver os problemas que surgem no brinquedo, sem dúvida alguma chegar ao pensamento lógico de que necessita para aprender a ler, a escrever e a contar. Partindo disso, fica claro que o lúdico constitui uma estratégia de ensino e aprendizagem durante o processo educativo, em todas as fases da vida da criança.

Também é preciso haver um planejamento e os objetivos devem estar esclarecidos, pois a ludicidade na escola precisa ser trabalhada na escola com seriedade e não apenas brincar por brincar.

1.3.1 O processo de intervenção no Ensino Fundamental

O processo de intervenção é um pré-requisito a ser observado no estágio docência e tem como principal objetivo deixar uma contribuição para a escola campo, no que diz respeito a melhoria do ensino e a aprendizagem, neste caso através da ludicidade.

Também é uma amostra para os envolvidos no processo educacional, em especial, os educadores, de alternativas metodológicas lúdicas, que além de motivar o aluno no que se refere ao interesse pelos conteúdos escolares, também dê conta de fazer com que esse aluno veja sentido no que está aprendendo.

As atividades desenvolvidas no estágio foram observação, docência e projeto de intervenção. Durante o período da observação de 12 a 16 de maio de 2014, foi possível diagnosticar o nível da turma, a metodologia aplicada pela professora regente e as necessidades da turma. A etapa da observação, não teve uma boa

aceitação pela educadora, pois se sentiu vigiada, mesmo depois dos esclarecimentos do objetivo da observação.

Na apresentação, a turma se mostrou agradável e curiosa, foi possível notar que era preciso melhorar o entrosamento entre alunos e professora, pois não foi notada afetividade entre eles, com também o relacionamento entre os próprios alunos.

Foi possível notar que a escola campo tem como oferecer uma educação de qualidade, mas para isso acontecer é necessário um olhar mais direcionado aos três primeiros anos, já que nesses anos, os alunos não podem ficar retidos, é preciso dar condições aprendam a ler e escrever dentro do ciclo alfabetizador e assim ter sucesso nos anos seguintes. Foi notada a necessidade do educador investir no lúdico, com o intuito de resgatar a autoestima dos alunos e o interesse pelo estudo.

Segundo a supervisora dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o planejamento pedagógico acontece semanalmente, com a participação dos professores e da gestora, no qual são consideradas as especificidades da escola, as discussões do nível das turmas, buscando meios para sanar os problemas de aprendizagem existentes. Ainda enumera algumas dificuldades encontradas na gestão pedagógica, como a resistência de alguns docentes às ações propostas, e, com os discentes, a negligência dos pais no acompanhamento a vida escolar dos filhos. Como proposta para uma gestão pedagógica de qualidade e atuante, sugere que todos sejam capazes de definir e articular as múltiplas ações voltadas para a qualidade do ensino e de seus resultados na aprendizagem dos alunos no real contexto onde as ações acontecem.

Um fato preocupante observado foi a falta de um plano de aula semanal e as aulas eram ministradas aleatoriamente sem uma sequência didática, faltou um acompanhamento individual na realização das atividades dos alunos que apresentavam dificuldades. Em relação aos conteúdos trabalhados, é preciso melhorar a forma como explorar e apresentar mais segurança. As aulas nos dias observados seguiram da mesma forma sem interação e improvisadas.

Segundo a professora regente, o perfil dos alunos, é bastante diversificado, alguns não são frequentes e são indisciplinados, nem sempre conseguem se concentrar nas atividades propostas dentro e fora da sala de aula, entretanto é necessário mudanças na metodologia, para melhorar a aprendizagem e na relação interpessoal entre todos, pois a relação entre os próprios alunos é um tanto

conturbada, não há respeito entre eles, surgindo vários conflitos de maneira comportamental em sala de aula.

Na docência, foi grande a preocupação da estagiária em corresponder as expectativas dos alunos que estavam curiosos e ansiosos. De acordo com os conteúdos sugeridos pela professora regente, foram elaborados planos de aula com objetivos, aspectos metodológicos, recursos didáticos e processo avaliativo.

As aulas foram ministradas seguindo uma sequência didática, que era apresentada à turma no início de cada dia. As atividades sugeridas sempre apresentadas de forma lúdica, para despertar no aluno a interação, a integração e a afetividade. Das atividades realizadas as que eles mais gostaram foi o bingo matemático, garrafa mágica e quem estará com a bola, eles pediam para repetir os jogos e as brincadeiras.

A participação dos alunos foi excelente, eles sempre argumentavam, respondia questionamentos, faziam perguntas e sempre preocupados em aprender e mostrar o que tinham aprendido, procurando ajudar os colegas.

Quanto ao projeto de intervenção, abordou o lúdico com a temática A ludicidade no processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando o brincar como uma atividade indispensável no processo da aquisição da aprendizagem, numa perspectiva significativa e possibilita uma relação de afetividade entre educador e educando e entre os próprios educandos.

A meta primordial do projeto é deixar à Instituição Escolar e especialmente aos anos iniciais do Ensino fundamental, como contribuição, uma prática pedagógica que tem como foco a ludicidade, no sentido de facilitar a aprendizagem dos alunos, enfatizando a integração, a cooperação e a afetividade entre todos.

As atividades interdisciplinares envolveram os eixos temáticos com leituras. Jogos, trilhas, dramatização, quebra cabeça e músicas, todas realizadas com o entusiasmo dos alunos e até a professora regente se envolveu, quando foi pedida sua colaboração. O projeto estimulou a criatividade, desenvolveu a autonomia e oportunizou o conhecimento de diferentes saberes.

Os resultados foram além do previsto, pois a turma foi muito receptiva e colaboradora, participando ativamente das atividades recreativas proposta, deixando claro que a ludicidade é muito importante no processo ensino e aprendizagem e que a brincadeira é mais que passatempo, ela ajuda no desenvolvimento da criança,

promovendo um processo de socialização e descoberta do mundo. O projeto foi muito divertido e os objetivos alcançados.

Este estágio foi um grande aprendizado, contribuiu de forma eficaz, foi possível vivenciar a prática de tudo que foi aprendido durante o curso. E mesmo a estagiária tendo uma vasta experiência no ensino fundamental, teve a certeza de que depois de uma graduação se tem outra visão do ensino e da aprendizagem.

2 APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA

Ao longo do tempo, tem acontecido muitas discussões sobre as dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita, e, o que mais preocupa é dificuldade é a dificuldade de tornar esta prática presente no cotidiano do aluno, fato esse que de acordo com Kleiman (2008), vem se agravando, devido a formação precária do professor e o seu desconhecimento na pesquisa nessa área.

Fica claro que o professor ocupa um lugar de destaque no ensino, pois ele é capaz de multiplicar ou não leitores à sua volta, e é preciso que ele seja um exemplo para seus alunos, é muito difícil o professor formar alunos leitores se não é um leitor assíduo.

Considerando a leitura como ferramenta fundamental nas múltiplas dimensões, é preciso lembrar que se vive numa sociedade repleta de palavras e mensagens, porém, se o leitor não consegue entender a essência dessas mensagens, sentirá dificuldade para compreender o mundo que o cerca. Freire (2006, p.11) acerca dessa temática afirma que:

A leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Esta percepção de leitura de mundo permite dizer que para desenvolver a capacidade de compreender um texto, é necessário levar em consideração o conhecimento prévio da vida diária do educando, e, a escola precisa aproveitar essa percepção para poder trabalhar leitura no contexto escolar.

Para ensinar a ler com eficácia, o professor precisa conhecer e aplicar as estratégias de leitura, que são técnicas, procedimentos ou atividades escolhidas para facilitar o processo de compreensão em leitura. As estratégias de planos flexíveis adaptados às diferentes situações que variam de acordo o texto a ser lido e a abordagem elaborada previamente pelo leitor para facilitar sua compreensão.

No ensino da leitura Solé (1998) elenca algumas estratégias fundamentais: a antecipação, que torna possível prever o que ainda está por vir, com base em informações explícitas e em suposições; a inferência, permite captar o que não está dito no texto de forma explícita, isto é, é aquilo que lemos e não está escrito; a

seleção cognitiva, que é uma seleção das ideias principais; a verificação, através dessa estratégia, tornam possíveis os controles da eficácia ou das demais estratégias, permitindo ou não, as especulações realizadas.

É preciso compreender que ensinar a ler é uma tarefa de todas as disciplinas e é importante planejar estratégias específicas para ensinar os alunos a lidar com as situações de leitura dentro de cada disciplina e ainda ter a consciência de que ensinar a ler não é tarefa apenas do professor de Língua Portuguesa.

Dentro do da leitura, tem-se levantado três possibilidades distintas de conceber a linguagem, das quais Travaglia (2008), apresenta os pontos fundamentais e mais pertinentes: a linguagem como expressão de pensamento, nessa concepção as pessoas não se expressam bem, porque não pensam, a expressão se constrói no interior da mente e a exteriorização é apenas uma tradução e ainda o modo como o texto, que se usa em cada situação de interação comunicativa, está constituído não depende em nada de quem se fala (onde, como, quando), para que se fala; a linguagem como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação, a língua é vista como um código, isto é, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor. Como o uso do código que é a língua é um ato social, tem que envolver conseqüentemente, pelo menos duas pessoas; a última concepção, a linguagem como forma ou processo de interação, nesta concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor, isto é, ouvinte/leitor.

É impossível se falar em leitura, sem destacar a importância da escrita, que segundo Ferreira (1993, p.10),

A escrita pode ser concebida de duas formas muito diferentes e conforme o modo de considerá-la as conseqüências pedagógicas mudam drasticamente. A escrita pode ser considerada como uma representação da linguagem ou como um código de transcrição gráfica das unidades sonoras.

A escrita e a leitura ocupam um lugar fundamental na vida do aluno, e de uma forma bem especial nos primeiros anos da vida escolar. A escrita como meio de representação, é uma codificação sistemática de sinais gráficos que permite registrar com grande precisão a linguagem falada. Na verdade a escrita é uma construção

social e para que se possa fazer uso de qualquer obra cultural é preciso que as crianças sejam formadas para participar das atividades sociais em que essas obras culturais, no caso a escrita, são utilizadas. Sempre é bom ressaltar que o estímulo deve vir de alguém que é realmente envolvido com a escrita, no caso do aluno, esse alguém pode ser o professor.

Também na escrita há algumas concepções a serem consideradas: a escrita como dom/inspiração e não como algo que se ensina e se aprende, escrita como consequência e escrita como trabalho.

Para melhor entendimento dessas concepções é necessário citar algumas características das mesmas: a escrita como dom, apresenta uma abordagem de um texto sem finalidade marcada, sem interlocutor definido, sem gênero textual proposto e, sem objetivo para produção; a escrita como consequência, é um texto sem autor, sem destinatário e o aluno tem de escrever para cumprir uma tarefa; a escrita como trabalho, nessa concepção a escrita é como um processo contínuo de ensino e aprendizagem, em que há reais necessidades para o aluno escrever.

A concepção como trabalho ocupa um lugar de destaque, pois nela o professor e o aluno têm papéis definidos. O professor faz a mediação entre a situação de escrita com questionamentos, quem está escrevendo, para quem e para quê; para o aluno precisa ser como trabalho consciente, planejado, repensado e aperfeiçoado. Fica claro que estas concepções tanto de linguagem como de escrita devem estar sempre presentes nos momentos de aprendizagem, e às vezes, estão ausentes no processo de ensino da leitura e da escrita.

Desde o início da década de 80, o ensino da Língua Portuguesa na escola tem sido o centro das discussões, com o intuito de melhorar a qualidade da educação no País. No ensino fundamental, o eixo da discussão, se refere ao fracasso escolar, na leitura e na escrita. O alto índice de repetência nas séries iniciais está ligado diretamente à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e escrever. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, (Brasil, 1998), esta dificuldade está centrada, nas duas séries onde se concentra o maior índice de repetência: no fim da primeira e da quarta série.

Depois de muitas discussões e a implantação de vários programas de políticas públicas para a formação do professor, estas dificuldades ainda estão presentes, só que com algumas mudanças, pois o alto índice de repetência agora é no quarto ano do ensino fundamental. A criação do ciclo alfabetizador, que objetiva o

aluno ser alfabetizado nos três primeiros anos e que os mesmos não podem ficar retidos nesse período, transferiu a repetência, mas as dificuldades continuam as mesmas.

A escola precisa ficar atenta quando o aluno apresentar dificuldades em aprender a ler e escrever e investigar as razões dessa deficiência. Lembrando que ao sinal observado pelo professor, só um médico pode afirmar que tipo de deficiência a criança possui.

Os casos de dificuldades de aprendizagem mais conhecidos são dislexia, disgrafia e dislalia, Mancini (2011), conceitua estas dificuldades: dislexia é um distúrbio específico da linguagem, caracterizado pela dificuldade ou incapacidade de decodificar palavras escritas, é uma alteração na leitura; disgrafia é uma deficiência na linguagem escrita, mais precisamente na qualidade de traçados gráficos; dislalia é a troca, omissão ou simplesmente distorção de fonemas na linguagem falada, é preciso observar, pois a criança deve ter a linguagem correta até os quatro anos de idade.

A leitura e a escrita estão intimamente ligadas, porém uma pode estar comprometida e a outra não. Assim como a dislexia, a disgrafia também está relacionada a má organização do espaço temporal, fazendo com uma organização de caderno, por exemplo, seja inexistente, normalmente usa espaços inadequados entre as palavras, margens inexistentes, letras deformadas, escrita ascendente ou descendente. É necessário reforçar, que mesmo o professor percebendo esses sintomas, só o médico pode dar o diagnóstico preciso, pois nem toda dificuldade de aprendizagem é distúrbio.

Segundo Piaget (1998, s/p), “a aprendizagem é um processo de desenvolvimento intelectual, que acontece por meio das estruturas do pensamento e está estritamente relacionada à ação do sujeito sobre o meio”. Isso deixa claro que a criança que vive num meio onde há momentos de leitura, tanto na escola, quanto fora dela tem mais condições de ser um bom leitor.

Para os PCN, (Brasil, 2001, p.54), um leitor competente é,

Alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de forma a atender a essa necessidade.

Cabe a escola assumir com eficácia essa responsabilidade de formar esse leitor competente, alguém que entenda o que lê e que o professor seja também um leitor. O que se tem visto na escola, é a leitura apenas com objeto de ensino, mas é preciso ser objeto também de aprendizagem, é importante que a leitura faça sentido para o aluno e que este realmente entenda a função e o objetivo dessa leitura e uma boa escrita, está relacionada a uma boa leitura.

Um fato preocupante e constante é encontrar professores não-leitores, tornando-se difícil o ensino da leitura, pois não se ensina bem o que não se pratica. O ensino da leitura e da escrita deve está presente em todos os momentos da vida do educador e do educando, dentro e fora da escola e em todas as áreas do conhecimento, inclusive contribuir na sua inserção social. Sobre isso Raízes e Asas (Brasil, 1994, p.9) declara que,

A escola deve responder pelo acesso ao conhecimento que se considera necessário à inserção social, para que os mais jovens se apropriem das conquistas das gerações precedentes e se preparem para novas conquistas. Faz isso através da seleção e organização de situações planejadas especialmente para promover a aprendizagem dos conteúdos que são culturalmente valorizados pela sociedade em que ela se insere.

Isso é possível acontecer através da leitura e da escrita, quando vencidas as dificuldades existentes e como também coma compreensão do professor da sua responsabilidade no processo do ensino e da aprendizagem, sempre tendo como foco o aluno, elemento mais importante do processo.

3 MÉTODO

Esse trabalho visa identificar as causas dos alunos chegarem ao quarto ano do ensino fundamental sem domínio da leitura e da escrita, O foco é discutir e compreender o que está acontecendo com o ensino e a aprendizagem, também buscar significados e possíveis contribuições.

Esse trabalho foi realizado na instituição escolar E.M.E.F “Anaiza Luiz Calixto”, situada à rua Deca Simplício, Bivar Olinto, em Patos-PB. Foram pesquisados as professoras e alunos do quarto ano do ensino fundamental, turno manhã.

Antes da coleta de dados, foi feito o embasamento teórico para melhor entendimento sobre as dificuldades de aprendizagem. A coleta de dados foi com base qualitativa e quantitativa realizada através de questionários aplicados a professores e alunos, considerando sempre o ponto de vista de cada e sem manipular as respostas. Vale salientar que esta pesquisa contém elementos que comprovam tudo que foi observado para poder chegar a essa temática.

As professoras dessas turmas são graduadas em Pedagogia e se mostraram comprometidas com a aprendizagem dos educandos. Quanto aos alunos estão numa faixa etária que varia de oito aos dezessete anos.

Todos os pesquisados se dispuseram a responder as questões, forma informados da necessidade e da importância da entrevista, para que os resultados esperados fossem precisos.

A coleta de dados aconteceu na sala de aula, no dia 10 de junho de 2014, com um questionário com dez questões objetivas e subjetivas, tanto para as professoras, como para os alunos. Antes da entrega dos questionários foi feito um esclarecimento para os alunos e em algumas questões foi preciso fazer a leitura, porque alguns alunos não entendiam o que pedia a questão.

A metodologia apresenta a descrição do objeto de estudo e das técnicas utilizadas nas atividades, pesquisa com base qualitativa é muito importante e coerente aos procedimentos utilizados. A metodologia é um elemento significativo no trabalho de pesquisa, sobre isso Minayno (1993, p.10) afirma que,

a metodologia qualitativa é aquela que incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerente ao ato, as relações e as estruturas sociais. O estudo qualitativo pretende aprender a totalidade coletada, visando em última instância atingir o conhecimento de um fenômeno histórico que é significativo em sua singularidade.

A presente pesquisa também apresenta em seu contexto elementos quantitativos, como forma de comparar e comprovar os dados estatísticos nela apresentados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo uma pesquisa com caráter qualitativo e quantitativo, é importante e necessário destacar os dados coletados durante as entrevistas com as professoras e os alunos.

As professoras das turmas em questão, estão atuando no segmento do ensino fundamental há mais de cinco anos e com também no quarto ano. A educadora da turma 1, afirma gostar de ler, mas o último livro foi no ano de 2010, trabalha leitura com os alunos três vezes por semana. Dos seus alunos, no início do ano letivo, 61% dominavam a leitura e que estes conseguiam com propriedade interpretar o que liam, mas leituras pausadas. Para despertar o interesse pela leitura, ela desenvolve em sala de aula atividades voltadas para a leitura e produção textual, através de gincanas e leituras compartilhadas. Quanto aos 31% alunos que no início do ano letivo não liam, ela enfatiza que eles evoluíram bastante, tanto na leitura com na escrita.

A educadora da turma 2, também afirma o gosto pela leitura, mas o último livro lido foi no ano de 2013, trabalha leitura diariamente, atua no ensino fundamental entre 11 e 20 anos e no quarto ano, há mais ou menos cinco anos. No início do ano letivo apenas 35% dos alunos liam, mas não conseguiam entender nem interpretar o que liam. Ela ainda afirma que trabalha em sala de aula, atividades voltadas à leitura e a produção textual e percebe avanço naqueles 65% dos alunos que chegaram sem ler nesse ano letivo. Um ponto a ser destacado nessa turma é que parte dos alunos está fora da faixa etária certa para a série.

Os questionários com os alunos transcorreram da melhor maneira possível, pois os mesmos demonstraram tranquilidade para responder as questões. Na apresentação foi esclarecido que eles não eram obrigados a responder, mas mesmo assim todos se comprometeram em responder.

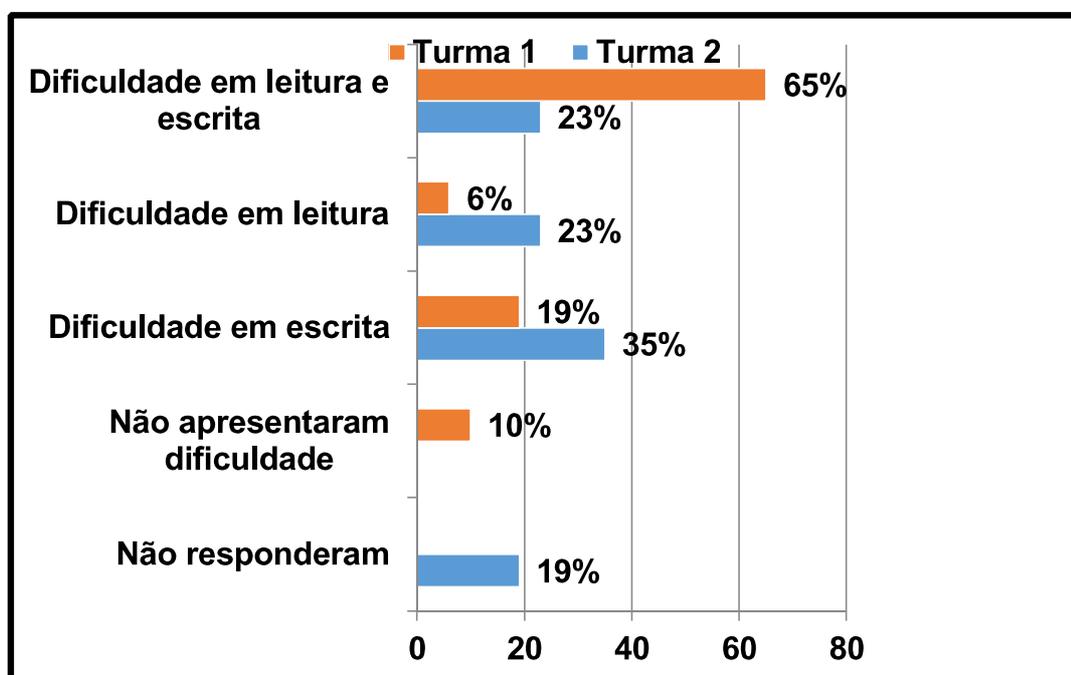
Os resultados das turmas 1 e 2 confirmaram que a preocupação com a aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais é realmente crítica e que precisa de um olhar mais direcionado às mudanças nas estratégias metodológicas no ensino e no propósito de formar alunos leitores.

A turma 1 com 31 alunos, dos quais 35% continuam sem ler e os que iniciaram o ano letivo sem ler avançaram muito pouco e dos que leem poucos

conseguem entender o que lê. Na turma 2 há 26 alunos e 42% não sabem ler. Os que chegaram sem saber ler, não avançaram, o que torna mais preocupante é que nessa turma há alunos fora da faixa etária. Quanto à escrita a dificuldade é nas duas turmas, mesmo as professoras afirmando que trabalham produção textual com frequência.

Os gráficos a seguir mostram os principais resultados encontrados com a pesquisa aos entrevistados. No gráfico 1 o que mais chamou a atenção foi que mesmo os alunos que sabem ler, apresentam dificuldades em leitura e escrita.

Gráfico 1 - Alunos com dificuldades em leitura e escrita

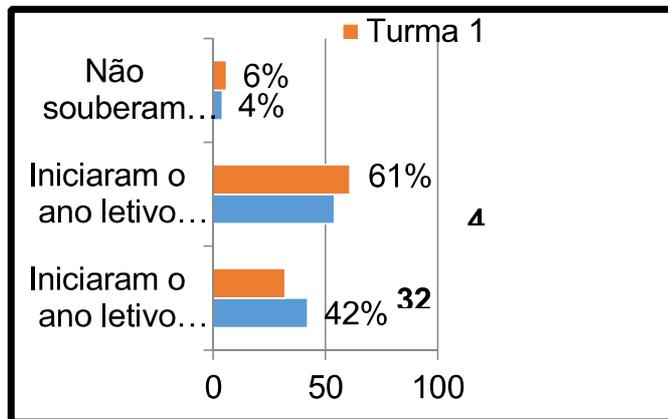


Fonte: Dados da pesquisa

Diante dos dados estatísticos no gráfico 1, é procedente a preocupação com o alto índice de dificuldades na leitura e na escrita, nos anos iniciais do Ensino Fundamental mais precisamente até o terceiro ano. Para que a criança chegue no quarto ano lendo e escrevendo é preciso algumas mudanças nos procedimentos metodológicos do ensino da leitura e da escrita, a criança precisa chegar no quarto ano para que tenha sucesso nos anos posteriores.

No gráfico 2, percebe-se que o percentual de alunos que iniciaram o ano letivo sem saber é significativo e preocupante.

Gráfico 2 - Condição dos alunos em leitura e escrita no início do ano

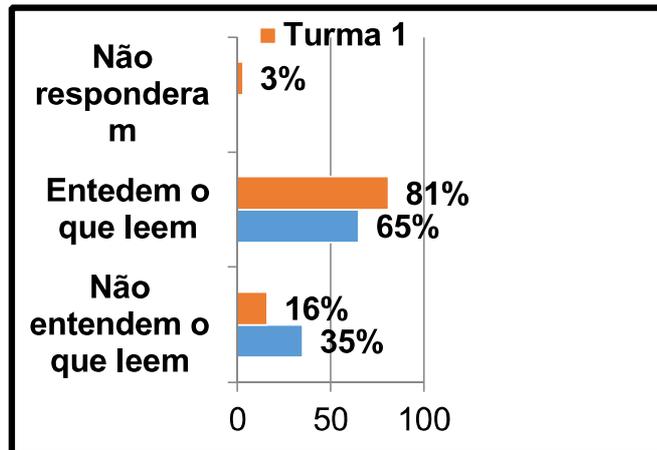


Fonte: Dados da pesquisa

Como mostra o gráfico 2, os alunos estão chegando ao quarto ano sem domínio da leitura e da escrita e muitas vezes não conhecem nem as letras. Nesse caso, o professor do quarto ano precisa alfabetizar esses alunos e os demais que ficam com a aprendizagem comprometida, pois precisam esperar os outros alunos pegarem o ritmo, ou ainda, os alunos que não lêem ficam à margem e continuam sem aprender, é preciso nesse processo a maturidade e a formação do professor, para contornar a situação de forma que todos saiam ganhando.

Como pode ser observado no gráfico 3, ainda há um percentual alto dos alunos que não entendem o que lêem, até os enunciados das questões propostas.

Gráfico 3. Alunos que entendem ou não o que lêem

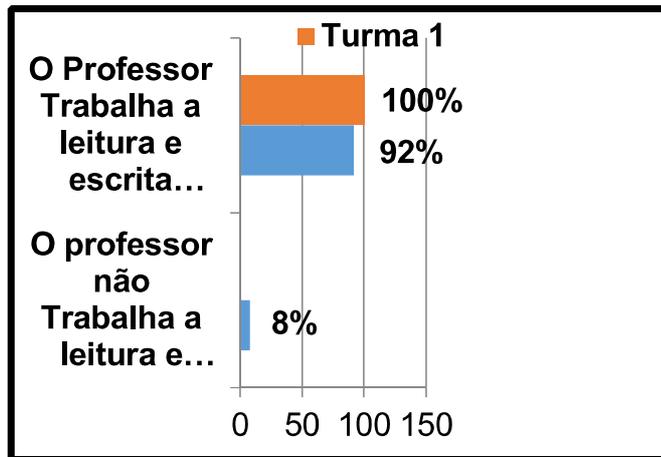


Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar o gráfico 3, observa-se um percentual altíssimo dos alunos que não entendem o que lêem, o que é preocupante, pois eles apenas decodificam os símbolos, mas não os entendem, portanto, é preciso muito cuidado, porque o aluno que apenas decodifica, o professor não pode afirmar que o mesmo sabe ler. Mais uma vez é preciso uma observação minuciosa, como também, o conhecimento das estratégias e concepções de leitura e de escrita, para pelo menos amenizar as dificuldades e chegar a uma aprendizagem eficaz.

O gráfico 4 apresenta um percentual satisfatório em relação ao trabalho em leitura e escrita, e mesmo assim os alunos não conseguem aprender a ler, nota-se que está precisando mudanças nas estratégias metodológicas.

Gráfico 4. Trabalho do docente em relação a leitura e escrita



Fonte: Dados da pesquisa

Nesse gráfico 4, foi investigado o trabalho do docente no que diz respeito a leitura e a escrita, que apesar de estatisticamente comprovar que esse trabalho é permanente, curiosamente os alunos continuam com as dificuldades que chegaram no início do ano letivo, por isso, que mais uma vez fica claro a necessidade DAE mudanças na metodologia aplicada, através de um replanejamento das atividades didáticas de leitura e escrita.

Ao fim dessa pesquisa fica constatado que essas dificuldades têm causado muitos problemas na vida escolar e social dos alunos, prejudicando-os nos estudos posteriores, pois a leitura e a escrita é imprescindível nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho monográfico é um componente obrigatório para a obtenção do certificado de licenciatura em Pedagogia - PARFOR. No decorrer do curso aconteceu o estágio supervisionado nas modalidades de Gestão, Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

O estágio em Gestão oportunizou diversos olhares sobre o contexto escolar, assim como o âmbito administrativo, financeiro, pedagógico e estrutural. A vivência com a prática educativa, particularmente da gestão escolar favoreceu condições para perceber situações-problema relacionadas ao funcionamento da escola, como também sugerir propostas para o bom funcionamento da mesma. Também foi possível aplicar um projeto de intervenção na hora do recreio, espaço pedagógico considerado como ferramenta indispensável para trabalhar a ludicidade com as crianças.

Na Educação Infantil, foi possível perceber a importância da formação de docentes que trabalham nessa modalidade e também ter acesso a uma realidade global da situação do ensino da educação infantil no Brasil, na realidade local e na inserção de cada um dos futuros docentes. Foi um espaço privilegiado em que se efetivou a relação teórico/prática, realizando um trabalho que interferiu de forma positiva e significativa no desenvolvimento e na formação do cidadão crítico-reflexivo, devido as constantes transformações que podem acontecer nas crianças de zero a seis anos e que essa modalidade é a porta para as outras áreas do conhecimento.

No Ensino Fundamental, o educador que trabalha nos anos iniciais, deve se conscientizar que é nesta modalidade que os educandos devem despertar para a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, sempre buscando metodologias que proporcione uma aprendizagem significativa e também compreender, que as crianças aprendem mais com a ludicidade.

Partindo das observações feitas durante o estágio docência nas três modalidades acima citadas, foi possível detectar algumas dificuldades na escola campo, sendo a mais preocupante escolhida como temática para estudo e pesquisa, as dificuldades de ensino e aprendizagem, mas especificamente no quarto ano do ensino fundamental. O estudo foi realizado com embasamento teórico e com coleta de dados, através de entrevista realizada na escola campo com as professoras e

alunos. A pesquisa com base qualitativa coerente com os procedimentos utilizados, e com base quantitativa como forma de comparar os dados estatísticos nela apresentados.

Com essa pesquisa foi possível identificar as principais causas das dificuldades dos alunos do quarto ano do Ensino Fundamenta, em leitura e escrita, podendo elencar como mais preocupante a falta de professores leitores e novas estratégias de ensino. E ainda compreender as práticas das professoras em relação ao ensino da leitura e da escrita, observando a urgência de mudanças e por conhecer as estratégias utilizadas pela escola.

Ao final desse trabalho é importante considerar, que o que mais chamou a atenção, foi a grande contribuição deixada à pratica pedagógica com novas situações didáticas e como também o amadurecimento tanto profissional quanto pessoal.

Os objetivos foram alcançados com sucesso e a metodologia foi suficiente para colocar em prática tudo que foi planejado. Quanto aos resultados estatísticos, ficou claro que é preciso urgentemente procurar soluções para melhorar o ensino e a aprendizagem na leitura e na escrita e sempre ter em mente que a ludicidade pode ser um caminho para despertar no educando prazer em prender.

Esse trabalho revelou muitas dificuldades na leitura e na escrita, mas foi lançado o desafio de fazer muitas reflexões sobre a importância e a necessidade desse campo na vida do ser humano e que é indispensável em qualquer fase da vida. E ressaltar que a consciência dessa importância deve partir da formação do educador, que deve ser um pesquisador constante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do**, (1988) – Promulgada em 05 de outubro de 1988 – Brasília.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (9394/96) Brasília- Editora do Brasil SA.

_____. Ministério da Educação Fundamental; **Referencial Curricular para Educação Infantil** – Brasília – MEC/SEF, 2001, v1- 3v. Introdução.

_____. Ministério da Educação – **Ensino Fundamental de Nove Anos** – Brasília, 2010. Disponível//www.portaldomec.gov.br – Acesso em 04.jun.2014.

_____. Ministério as Justiça; **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)** Brasília – 2002.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa** – MEC/SEF; Brasília – 1998.

_____. **Raízes e Asas; Gestão Compromisso de Todos** – 3ed. Brasília- 2002.

COUTO, A. C. R; **Ensino Fundamental: Caminhos para a Formação Integral** – 1ed – Curitiba- Ibpex. 2010.

FERREIRO, E; **Reflexões sobre a Alfabetização** – 21ed. São Paulo – Cortez, 1993.

FREIRE, J. P; In CAVALLI, E. C. D; **Ludicidade uma possibilidade metodológica para o ensino a aprendizagem na educação infantil e séries iniciais da educação básica** – Escola de Inverno de Educação Matemática III – RS – 2012. Disponível//w3ufsm.br Acesso em 12.jun.2014.

FREIRE. P; **A importância do ato de ler** – 48ed – São Paulo. Cortez- 2006.

_____. **Educação como prática de liberdade** – RJ. Paz e Terra LTDA – 1967.

_____. In LIMA, M. R. C; **Paulo Freire e a administração escolar – A busca de um sentido** – Brasília. Liber Livro Editora – 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social** – 6ed. São Paulo – Atlas – 2009.

KLEIMAN, A; In SCHUTZ, M et al: **Concepções de leitura:reflexão sobre a formação de leitor** – Série Artes, Letras e Comunicação. V.10; n1 S. Maria – 2009 Disponível//keilapinheiro.blogspot.com.br Acesso em 07.jul.2014.

KRAMER, S; **A infância e sua singularidade** – Coletânea de Textos Didáticos – Pedagogia-PARFOR – UEPB – 2012.

MORAES, V; **Arca de Noé: Poemas Infantis** – v1- 1ed. São Paulo – Companhias das Letrinhas- 1991.

MORIN, E; In FARJUS, D; **Gestão escolar: teoria e prática na sociedade globalizada** – 2ed. Curitiba – Ibpex – 2008.

NEDER, M. L. C; In PINHEIRO, K; **Concepções de Linguagem** (artigo) - MT – 2010 Disponível//keilapinheiro.blospot.com.br Acesso 07.jul.2014.

PIAGET, J; **Seis estudos de Psicologia** – RJ – Forence Universitária: 1998.

RIOS, D.R; **Grande Dicionário Unificado da Língua Portuguesa** – São Paulo – Difusão Cultural do Livro – 2010.

SOARES, M; **Modelos de Gestão Escolar – algumas reflexões** – Percurso a históricos – Ano II – 2012 Disponível//percursoshistoricos.blogspot.com.br Acesso: 13.jun.2014.

TAVARES, L. **O que é Gestão Escolar** – artigo publicado em 2012. Disponível//slideshare.net Acesso 14.jun.2014.

TRAVAGLIA, L. C; **Gramática e interação: uma proposta para o ensino da gramática** – 12ed. São Paulo – Cortez – 2008 (fragmento).

APÊNDICES A – Questionário aplicado aos professores

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS – CIPE
PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB – POLO PATOS-PB**

QUESTIONÁRIO PARA DOCENTE

1- Qual sua idade?

18-25 anos 26-35 anos 36-45 anos 46 ou mais

2- Qual seu sexo biológico?

fem masc outros

3- Você gosta de ler? Em caso afirmativo, informe o último livro lido e em que ano.

4- Com que frequência você trabalha leitura com seus alunos?

Uma vez por semana duas vezes por semana três vezes por semana quatro vezes por semana cinco vezes por semana nenhuma

5- Qual sua formação?

Licenciatura em Pedagogia Magistério-Nível médio Outra Licenciatura
Qual? _____

6 - Há quanto tempo atua nos Anos iniciais do Ensino Fundamental?

0-5 anos 6-10 anos 11-20 anos mais de 20 anos

7- Há quanto atua nesta série?

0-5 anos 6-10 anos 11 anos ou mais

8- Quando iniciou o ano letivo os alunos dominavam a leitura? Quantos?

sim não em parte

9- Os alunos que dominavam a leitura conseguiam com propriedade interpretar o que liam? sim não Justifique.

10- Você desenvolve em sala de aula atividades voltadas para a leitura e produção textual? sim não Justifique.

11- Você percebeu avanço na aprendizagem dos alunos que chegaram sem ler? sim não Justifique.

12- Que dificuldades você enfrenta no decorrer das ações da sala de aula, em relação a leitura?

13- Que providências você costuma tomar neste caso?

14- Você participa ou participou de algum curso de formação continuada que fundamenta a sua prática pedagógica, nos últimos cinco anos? _____
Qual? _____

15- Quantos alunos no primeiro e segundo bimestre se encontram com média 7,0 (sete) ou superior em Língua Portuguesa?

OBRIGADA!

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos alunos**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS – CIPE
PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB – POLO PATOS-PB****QUESTIONÁRIO PARA DISCENTE**

1- É a primeira vez que estuda o 4º ano?

sim não

2- Você sabe ler?

sim não

3- Se você marcou que não sabe ler. Você gostaria de aprender?

sim não

4- No que você sente mais dificuldade?

leitura escrita

5- Sua professora trabalha atividades de leitura?

sim não

6- Quantas vezes na semana a sua professora trabalha leitura?

1 vez 2 vezes 3 vezes 4 vezes 5 vezes

7- No começo do ano você já sabia ler e escrever?

sim não

8- Quando você tem dificuldade na leitura ou na escrita, o que sua professora faz para lhe ajudar?

9- Você consegue entender o que ler?

sim não

10- Você consegue ler o que pede as questões das atividades?

sim não

OBRIGADA!